

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 1 | 2014

*A Cooperação Subnacional no
Mercosul: Os Casos das
Mercocidades e do FCCR*

Cairo Gabriel Borges Junqueira

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A COOPERAÇÃO SUBNACIONAL NO MERCOSUL: OS CASOS DAS MERCOCIDADES E DO FCCR

Cairo Gabriel Borges Junqueira¹

Resumo: Com as novas configurações do ordenamento internacional nos últimos anos, os Estados nacionais passaram a dividir espaço com outros atores, dentre eles os blocos regionais e os atores subnacionais. No Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Rede Mercocidades e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) configuram-se como as duas principais instâncias que levam as demandas locais para o âmbito regional. No presente artigo, objetiva-se analisar ambos os órgãos com vistas a discriminar suas formas de institucionalização e vínculos com o processo de integração, interpretar a formulação de suas agendas temáticas e caracterizar suas principais iniciativas. Parte-se da hipótese de que ainda há uma baixa, porém crescente, participação subnacional no nível institucional do Mercosul. Ademais, com os resultados obtidos, a conclusão atesta a importância das Mercocidades e do FCCR tanto para a articulação subnacional no bloco quanto para o próprio fortalecimento da integração regional para muito além dos anseios econômicos.

Palavras-chave: *atores subnacionais; integração regional; Mercosul; Mercocidades; FCCR.*

THE SUBNATIONAL COOPERATION IN MERCOSUR: THE CASES OF MERCOCITIES AND CCRM

Abstract: With the new configurations of the international order in recent years, the nation states began to share space with other actors, among them the regional blocs and subnational actors. In the Southern Common Market (Mercosur), the Mercocities and the Committee of Municipalities, States, Provinces and Departments (CCRM) constitute the two main instances that bring local demands for the regional level. This article aims to analyze both institutions with the intention to distinguish their forms of institutionalization and links with the integration process, investigate the formulation of their thematic agendas and characterize their main initiatives. It is assumed that there is still a low, but increasing, subnational participation in Mercosur's institutional level. Furthermore, with the results obtained, the conclusion underlines the importance of Mercocities and CCRM for the subnational articulation in the block and the strengthening of regional integration beyond economic anxieties.

Key-words: *subnational actors; regional integration; Mercosur; Mercocities; CCRM.*

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (FCHS). Mestrando em Relações Internacionais, com ênfase em Política Internacional e Comparada, pela Universidade de Brasília - Instituto de Relações Internacionais (IREL). Realiza pesquisas e estudos sobre Atores Subnacionais, Integração Regional (União Europeia e Mercosul) e Cooperação Descentralizada. Foi Coordenador do Setor Governamental da Empresa Júnior de Relações Internacionais da UNESP (ORBE) e pesquisador em nível de Iniciação Científica com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente, é colaborador do blog Página Internacional e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: <cairojunqueira@gmail.com>

Introdução

Sabe-se que o Estado-nação, enquanto corpo político e principal ator internacional, seguiu, na maior parte da história contemporânea, uma lógica centralizadora, unitária e coesa por parte de sua política externa. Todavia, após o final da Guerra Fria, nos dizeres de Michael Keating (2004), ocorreu uma “reinvenção do território” que colocou certa dúvida na manutenção da autonomia e, porque não dizer, da soberania estatal.

Com a intensificação da Globalização² na década de 1990, o Estado perdeu a capacidade de responder satisfatoriamente aos desafios e às demandas do Sistema Internacional, assim como o de prover bens e serviços à sua própria população (MARIANO, 2007). Por conseguinte, novos atores emergiram com real capacidade de atuar nas relações internacionais. Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, grandes corporações mundiais, sindicatos, empresas transnacionais e, com destaque para o presente artigo, blocos regionais e atores subnacionais passaram a dividir espaço com as políticas externas nacionais.

No final do século XX, os processos de formação de blocos regionais deram existência a uma reflexão na qual eles seriam uma forma eficiente de inserção no Sistema Internacional, gerando bons dividendos aos países promotores da integração. Por seu turno, os chamados atores subnacionais – cidades, municípios, regiões, estados federados, províncias, departamentos, cantões, *länder* e quaisquer outros departamentos circunscritos ao crivo jurídico dos Estados³ - aumentaram tanto em quantidade e qualidade quanto em abrangência suas ações externas (SOLDATOS, 1990) para além de suas limitações territoriais.

Como resultado de três fenômenos supracitados, sejam eles fim da Guerra Fria, reconfiguração e descentralização política dos Estados e intensificação da Globalização, a integração regional foi impulsionada e houve uma acelerada alteração nos papéis

² Há inúmeras concepções e conceitos sobre a Globalização e podemos defini-la como integração global entre países, mundo em constante encolhimento, reordenamento das relações de poder ou entrelaçamento dos mais diversos atores (HELD; MCGREW, 2001).

³ No Direito Internacional Público, apenas os Estados (incluindo a Santa Sé) e as Organizações Internacionais, a exemplo das Nações Unidas e da União Europeia (UE) enquanto unidade política, são considerados sujeitos ou pessoas jurídicas internacionais. Os atores subnacionais não se inserem neste parâmetro. Para uma informação mais detalhada e especializada sobre, vide Francisco Rezek (2008).

desempenhados pelas subnacionalidades nas relações internacionais (GOMES FILHO, 2011). E, justamente nesse período, mais precisamente em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o qual, mesmo com suas limitações por ser uma união aduaneira imperfeita, foi resultado de um novo período de relações harmoniosas e pacíficas entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e configurou-se como expectativa futura para a construção do desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos (VIGEVANI, 2005).

Como um dos meios de aprofundar a integração e aumentar o diálogo internamente, em 1995 foi criada a Rede de Cidades do Mercosul, as Mercocidades, que articulam a participação dos governos subnacionais dentro do aspecto integracionista e na construção de redes transnacionais e/ou internacionais de cooperação. Posteriormente, em 2004, foi instituído o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) para estimular o diálogo e a cooperação entre os níveis de autoridade local (BRASIL, 2010).

A par do bloco possuir um caráter estritamente intergovernamental⁴, a aqui denominada cooperação subnacional no Mercosul vem progredindo no desenrolar de sua agenda regional e internacional. Em virtude de reformas ocorridas no Brasil e na Argentina, os atores subnacionais estão, progressivamente, ocupando mais espaço e tecendo suas próprias configurações na região (MEDEIROS, 2008). Assim, o objetivo do presente texto é analisar a Rede Mercocidades e o FCCR com vistas a discriminar as formas de institucionalização e vínculos dessas instituições no processo de integração, interpretar a formulação de suas agendas temáticas e caracterizar suas principais iniciativas.

Ademais e por fim, cumpre destacar que a hipótese é de que ainda há uma baixa, porém crescente, participação subnacional no nível institucional do Mercosul. Partindo de uma perspectiva mais abrangente, em um primeiro momento se discutirá a relação existente entre integração regional e inserção internacional de atores subnacionais. Depois, com as análises das Mercocidades e do FCCR, conclui-se que ambos os órgãos são imprescindíveis tanto para a articulação subnacional no bloco quanto para o próprio

⁴ O que caracteriza um bloco intergovernamental é o fato do mesmo ser capitaneado por chefes de Estado e não por órgãos ou instituições de caráter regional (CABALLERO, 2011).

fortalecimento da integração regional para muito além dos anseios estritamente econômicos e comerciais.

Os processos de integração regional e a inserção internacional dos atores subnacionais

Os blocos regionais e os governos subnacionais não surgiram recentemente na Política Internacional. Há relatos de que até mesmo a Liga Hanseática (séculos XII ao XVII), uma associação de cidades comerciais no norte da Europa, e o *Zollverein* (1828/1834), união alfandegária estimulada pela Prússia que reunia cidades-estado e regiões germânicas para fazer frente à Alemanha, já eram processos de integração regional (ALMEIDA, 2013). Mesmo assim, foi no final do último século que os blocos regionais adquiriram maior desenvolvimento, haja vista serem resultados de um processo segundo o qual os Estados se mesclam e se confundem com seus vizinhos, perdendo soberania e adquirindo novas técnicas para resolver conjuntamente seus conflitos (MALAMUD, 2013).

De modo similar, a inserção internacional dos atores subnacionais data da Grécia Antiga e da Era Medieval, nas quais as cidades-estado e as cidades, propriamente ditas, formavam grandes associações⁵ em torno de objetivos comuns e majoritariamente comerciais (FRONZAGLIA et al, 2006: 5). Somente na década de 1990 que a atividade internacional de tais atores adquiriu uma maior proeminência (LECOURS, 2002) dando forma, na academia, a um novo conceito central para as Relações Internacionais, seja ele a paradiplomacia.

“Panayotis Soldatos foi o primeiro *scholar* a empregar o rótulo de paradiplomacia para designar as variadas formas de ações externas de atores subnacionais” (BUENO, 2010: 24). Posteriormente, surgiram inúmeras definições para o termo em questão, sendo que a de Noé Cornago Prieto (2004) o resume satisfatoriamente. Para o autor, a paradiplomacia:

⁵ Tais associações eram tipos do que hoje se denomina de “redes de cidades”, como é o caso da própria Mercocidades. As redes, de uma maneira geral, configuram-se como uma postura organizacional que almeja a criação de uma associação entre seus membros, sejam eles grupos, empresas, instituições ou cidades e que também buscam divulgar inúmeras experiências e informações (FRONZAGLIA et al, 2006). Uma rede de cidades ou de autoridades locais é “[...] um novo aspecto da relação que se estabelece entre inserção internacional e integração regional, no espaço subnacional” (MARIANO; BARRETO, 2004: 26).

[...] pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. (PRIETO, 2004: 251).

Conforme observado na citação acima, os atores subnacionais delineiam suas ações externas de dois modos: informal ou formalmente. Pelo primeiro entende-se que a própria subnacionalidade encontra meios de se lançar na esfera internacional com o apoio de atores sociais, sindicatos ou empresas, enquanto, no que tange ao segundo, subentende-se que tais atores possuem meios institucionalizados para tanto. Seja por meio de instâncias de governo, iniciativa privada ou até mesmo com apoio da sociedade civil (MARIANO; BARRETO, 2004), é na “paradiplomacia formal” que se dá o campo de atuação das Mercocidades⁶ e do FCCR, pois estão sob o crivo administrativo e jurídico do Mercosul.

É mister acentuar que, com o passar dos anos, o termo “paradiplomacia” adquiriu novos contornos, pois muitos entendem que a designação “para” remete-se a algo paralelo à política do Estado-nação.⁷ Surgiram a diplomacia constituinte (KINCAID, 1990), microdiplomacia (DUCHACEK, 1984), diplomacia plurinacional (BURSENS; DEFORCHE, 2010), diplomacia multinível (HOCKING, 1993 apud RAMÍREZ, 2012) dentre outras cujas nomenclaturas estão embasadas na cooperação descentralizada (BUENO, 2010), das quais se podem citar, no contexto brasileiro, até mesmo a chamada Política Externa Federativa⁸ (RODRIGUES, 2009) ou diplomacia federativa, todas sinônimos do primeiro conceito.

Terminologias à parte, a inserção internacional dos atores subnacionais possui uma série de fatores internos e externos que influenciam seu desenvolvimento. Embora existam

⁶ É válido mencionar que a criação das Mercocidades ocorreu em virtude do Mercosul, mas não se estabeleceu em sua estrutura institucional. De tal sorte, a Rede pode ser caracterizada como um canal subnacional extra institucional do bloco.

⁷ Há relativa confusão quanto a este aspecto do prefixo da palavra. Soldatos (1990), o criador do termo, abreviou *parallel diplomacy* (diplomacia paralela) e deu início a esta literatura. Para evitar quaisquer dúvidas, usa-se cooperação subnacional como sinônimo da paradiplomacia desenvolvida pelos atores subnacionais no âmbito do Mercosul.

⁸ No Brasil, estados federados e municípios colocam em prática a Política Externa Federativa, qual seja “[...] a estratégia própria de um estado ou município desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando à sua inserção internacional de forma individual ou coletiva” (RODRIGUES, 2009: 36).

somente estudos incipientes sobre essa constatação, grande parte da literatura especializada evidencia três focos de grande potencial para a inserção externa das subnacionalidades: países cujos sistemas políticos baseiam-se no Federalismo⁹, assim como é o caso do Brasil, composto por uma “trina federativa” sustentada na União, nos estados federados e nos municípios; articulação em redes de cidades, as quais foram comentadas brevemente em momento anterior; e processos de integração regional, focos do presente estudo.

Nesse ínterim, no caso específico do Mercosul, como as Mercocidades objetivam criar mecanismos de comunicação em redes e propugnar a cooperação intermunicipal horizontal (ROMERO, 2004) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) busca fomentar a integração fronteiriça, produtiva e regional (BRASIL, 2010), torna-se mais plausível denominar suas atividades participativas no Mercosul como formas de cooperação internacional descentralizada ou multi-nível.¹⁰ Presume-se que, dentro dos blocos regionais com a relativa perda de soberania dos Estados e a inclusão dos atores subnacionais em suas agendas, a noção de cooperação subnacional entre esses governos é mais apropriada para a discussão que se apresenta.

Sumariamente, em virtude do ímpeto internacional quantitativo e qualitativo adquirido pelas subnacionalidades a partir da década de 1990, os processos de integração regional tornaram-se arenas em potencial para o desenvolvimento e a ampliação das ações, agendas e iniciativas daqueles atores. A exemplo da União Europeia (UE), considerada por muitos como a organização multilateral mais ambiciosa e de maior sucesso do mundo (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNIG, 2009: 84), foi gerada uma ótica participativa que coloca os governos subnacionais como atores relevantes para o alargamento do processo

⁹ Para um maior entendimento da relação entre Federalismo e atores subnacionais, vide os trabalhos desenvolvidos e publicados pela organização internacional Fórum das Federações (ForumFed), situada no Canadá.

¹⁰ A noção de cooperação internacional multi-nível é mencionada aqui à luz da Governança Multi-Nível (GMN), a qual pode ser enquadrada como uma temática ou conceito originário dos debates sobre integração regional e que foi, paulatinamente, adentrando a área teórica das Relações Internacionais. Segundo Gary Marks (1993: 392), a GMN compreende um sistema de negociação contínua entre governos aninhados em vários níveis territoriais – supranacionais, nacionais, regionais e locais – como resultado de um amplo processo de criação institucional e realocação de decisão que retirou algumas funções prévias do estado em direção aos níveis supranacional e local-regional. Tal conceitualização foi criada e é amplamente utilizada pela literatura que versa sobre a União Europeia (UE), sobretudo pelo diálogo que existe entre os atores subnacionais, os governos nacionais e a Comissão Europeia. Para uma visão mais aprofundada sobre esse debate, vide textos do próprio Gary Marks (1993), criador do termo, e de Gary Marks e Liesbet Hooghe (2005).

integracionista no âmbito dos Estados nacionais e, também, nos prismas locais e regionais, sendo eles a sociedade civil e sua região de estabelecimento (ÖNER, 2004).

No atual contexto de globalização e interdependência, os governos subnacionais veem-se impelidos não só a assumir novos papéis e funções [...], mas também a ampliar seu campo de atuação em muitos setores críticos. Suas estratégias de inserção internacional têm-se evidenciado de muitas formas, envolvendo a participação em redes e organizações [blocos] regionais e mundiais de cidades e de autoridades locais [...] (VIGEVANI et al, 2006: 8)

Nos dizeres de Maurício Fronzaglia (2005 apud GOMES FILHO, 2011), a emergência das unidades (ou atores) governamentais subnacionais na esfera das relações internacionais tornou-se possível graças às mudanças na política internacional e na política doméstica dos Estados, dentre elas os processos de integração regional em si. Por assim dizer, através de regulamentações em busca de um espaço econômico conjugado, os atores subnacionais têm aproveitado os blocos regionais para atuar de uma maneira mais independente junto aos governos centrais (BRANCO; KULGEMAS, 2005).

Novamente na União Europeia (UE), os atores subnacionais possuem um espaço mais participativo no bloco se comparado com outras regiões do mundo. O muito conhecido e estudado Comitê das Regiões (CR), a primeira instância criada e aberta à participação subnacional que possibilitou o engajamento regional no bloco, através da outorga de funções consultivas aos governos locais e/ou regionais (BARRETO, 2005; STUART, 2002), elucida de forma ímpar tal afirmação. Todavia, no Mercosul, as subnacionalidades acabaram por deter certa vulnerabilidade no processo de integração justamente por não possuírem meios de influenciar as decisões políticas do bloco. Fora necessário, por conseguinte, criar novos mecanismos ou estruturas capazes de representar os interesses subnacionais e influir na política estatal e na integração regional (MARIANO; MARIANO, 2001: 33 apud VIGEVANI, 2005: 99). E foi aqui que as Mercocidades e o FCCR adquiriram destaque e pioneirismo no fomento da participação subnacional no Mercosul.

Observada a relação intrínseca entre os blocos regionais e os atores subnacionais, pode-se afirmar que as ações destes últimos são mais densas e mais interessantes no ambiente regional e isso é visto na ótica mercosulina (KLEIMAN, 2008). Corroborando uma série de estudos desenvolvidos pela revista *Trabajos de Investigación en Paradiplomacia* (TIP, 2012), cujo último número tem como título *Actores Subnacionales e*

Integración Regional, a chamada cooperação transfronteiriça estimula a cooperação subnacional nos processos de integração regional e, em específico, no Mercosul.

Para Nahuel Oddone e Horacio Vázquez (2012: 10), os processos de integração regional constituem uma importante via de acesso à paradiplomacia. Pode-se alegar, atualmente, que existe a chamada integração subnacional, a qual faz jus aos processos protagonizados internacionalmente pelas subnacionalidades de países com vínculos geográficos, culturais, históricos e/ou econômicos que estão, na maioria das vezes, circunscritos a um aparato regional integracionista. Através da cooperação subnacional mercosulina, enquadrada como exemplo de integração subnacional, as Mercocidades e o FCCR têm potencial para fortalecer e promover o desenvolvimento do bloco. Para tanto, é necessário analisar caso por caso para notar até que ponto a retórica vincula-se com a prática e se tais instituições possuem voz participativa expressiva no Mercosul.

A cooperação subnacional no Mercosul

A participação dos governos locais no Mercosul formalizou-se com a assinatura da Ata de Fundação das Mercocidades em reunião realizada em Assunção, no Paraguai, em novembro de 1995. De acordo com seu estatuto esquematizado durante a II Reunião de Prefeitos do Mercosul, ocorrida em Porto Alegre, Brasil, no mês de setembro do ano seguinte, a Rede tinha como objetivo lograr a participação dos níveis locais nos processos decisórios do bloco e consolidar uma espécie de cooperação horizontal voltada ao intercâmbio de experiências e difusão de boas práticas (CHASQUETTI, 2006).

Posteriormente, em 2004, com a Decisão 41/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC) no decorrer da Cúpula de Ouro Preto, foi criado oficialmente o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), permitindo aos atores subnacionais atuarem diretamente nos temas que lhes eram pertinentes no âmbito dos debates do bloco, sobretudo no que diz respeito à relação entre os níveis políticos regionais e locais.

Desde então, ambas as instituições ganharam novos contornos ao longo dos anos. Se o Mercosul é uma das mais novas pessoas jurídicas internacionais, diz-se das Mercocidades e do FCCR o mesmo quando se trata da cooperação subnacional. Far-se-á, a seguir, uma contextualização dos graus institucionais, dos temas presentes em suas

agendas e de suas principais iniciativas para que, depois, conclua-se o texto com a devida apreciação da hipótese mencionada na introdução.

Rede Mercocidades

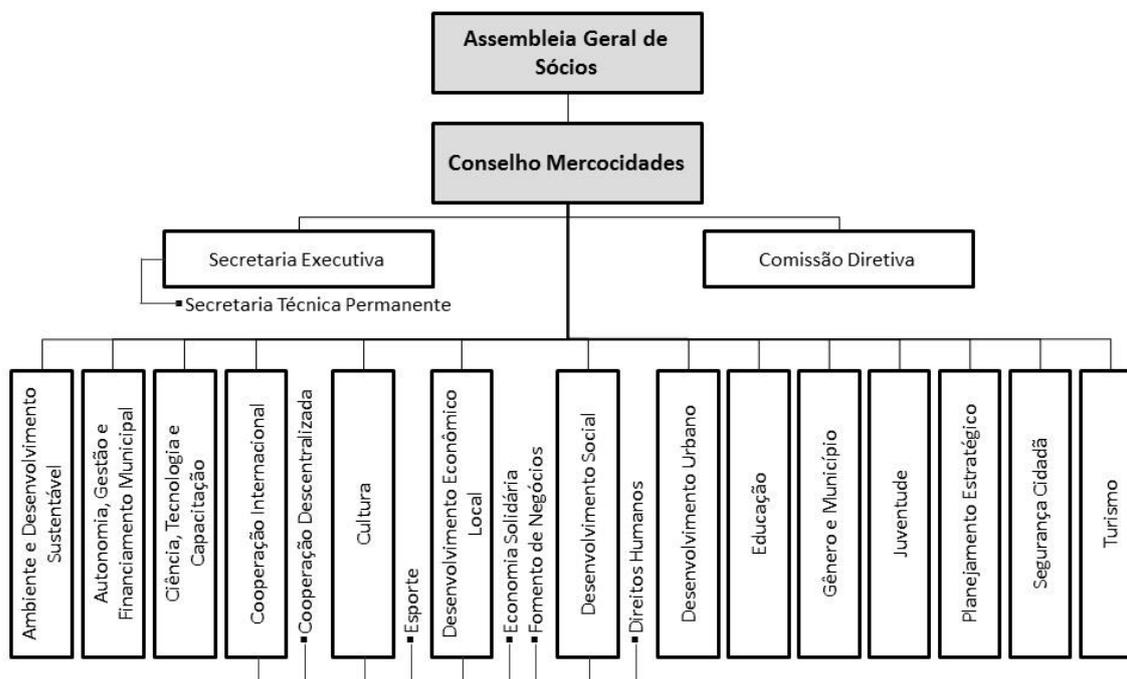
As Mercocidades são uma rede de cooperação horizontal integrada atualmente por cerca de 270 cidades dos países membros e associados do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Colômbia e Peru –, a qual promove a inserção das mesmas no processo de integração regional do bloco e vem ganhando importância tanto em quantidade de membros como em intercâmbio de experiências.

Além das relações cooperativas alimentadas entre Brasil e Argentina na década de 1980, a recuperação de seus regimes democráticos em 1985 e 1983, respectivamente, serviu como ponto de apoio para a criação da Rede. Seu desenvolvimento institucional foi acompanhado pelo rol de ações dos principais órgãos mercosulinos¹¹. Com a realização de reuniões anuais, com proeminência para a V Cúpula efetivada em Belo Horizonte, Brasil, em 1999, na qual foi aprovada a Cláusula Democrática¹², e a VI Cúpula lotada em Rosário, Argentina, em que se instaurou a Secretaria Técnica-Administrativa das Mercocidades (ROMERO, 2004), as Mercocidades continuaram seu desenvolvimento e completaram seu quadro organizacional com a Assembleia Geral de Sócios, o Conselho, a Comissão Diretiva, a Secretaria Executiva e as Unidades Temáticas.

¹¹ Os três principais órgãos intergovernamentais do Mercosul são: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC) e Comissão de Comércio do Mercosul (CCM).

¹² A partir dessa cláusula, ficou estabelecido que a plena vigência das instituições democráticas é um pressuposto indispensável para a participação popular no desenvolvimento das Mercocidades (ROMERO, 2004).

Organograma das Mercocidades



Fonte: Adaptado do Organograma Oficial das Mercocidades (MERCOCIUDADES, 2014)

Cumprido destacar que as Mercocidades representam o início do processo de influência subnacional no Mercosul (ALMEIDA, 2012). E, estabelecidos seu marco de criação, bem como sua organização interna, há duas visões distintas sobre o andamento das ações e das atividades da rede dentro do bloco. As cidades, por meio das associações, possuem *status* institucionalizado no bloco, mas, em razão do ordenamento intergovernamental, o espaço de atuação desses atores subnacionais fica limitado (MARIANO; BARRETO, 2004). Essa é uma das visões sobre o grau de institucionalização das Mercocidades na região: como o bloco não apresenta características supranacionais¹³ e a Rede não figura no quadro organizacional do mesmo, torna-se um desafio constante às subnacionalidades articularem suas agendas e iniciativas, não restando outra saída, a não ser o seu grau limitado de participação nas políticas regionais.

¹³ A título de curiosidade, na União Europeia (UE) a supranacionalidade é entendida como “[...] um poder de mando superior aos Estados, resultando da transferência de soberania operada pelas unidades estatais em benefício da organização comunitária, permitindo-lhe a orientação e a regulação de certas matérias, sempre tendo em vista anseios integracionistas” (STELZER, 2004: 67-68).

Do lado oposto, conforme afirma María del Huerto Romero (2004: 437), o desenvolvimento da Rede não fora obstaculizado pela crise do Mercosul nos últimos anos. A crise em questão justifica-se pela alta desvalorização da moeda brasileira, o real, em 1999 e a posterior estagnação econômica argentina nos anos 2000. Baseando-se nessa constatação, diz-se que a Rede é um exemplo de sucesso na horizontalização das tomadas de decisão, haja vista que todos os membros são tratados em conformidade e igualdade. Nessa segunda visão, as Mercocidades mostram-se como uma excelente oportunidade de excursão regional para as cidades.

Um dos motivos pelos quais os governos locais ingressaram na Mercocidades pode estar vinculado ao papel representado pela Rede nas políticas voltadas para uma inserção ativa dos municípios no processo de integração regional. A rede buscou fortalecer instrumentos institucionais que possibilitassem a criação de órgãos voltados para as demandas das cidades [...] (PRADO, 2009: 89).

Todavia, ainda prevalece a primeira visão acerca da precariedade institucional das cidades no aparato mercosulino. Débora Figueiredo Prado (2009) conclui que a ação desses governos locais ainda é limitada e esbarra nos aspectos jurídicos fomentadores de uma política centralizadora nas mãos dos Estados. De tal sorte, os municípios não contavam, mesmo com o advento das Mercocidades, com um espaço institucionalizado próprio e estruturado para suas ações externas. Com relação ao processo de integração regional em si, o posicionamento de Tullo Vigevani (2005: 100) corrobora essa análise, chegando a afirmar que os interesses municipais são oscilantes no Mercosul, “[...] não podendo ser diagnosticada claramente uma curva ascendente na aproximação ao tema da integração por parte de todos [governos locais]”.

Em relação à agenda, ou seja, aos temas e assuntos adotados pelas cidades na rede, vale retomar o seu quadro organizacional, mormente no que tange às suas Unidades Temáticas. Ao todo, a rede comporta quatorze unidades e as mesmas abarcam os principais temas a serem desenvolvidos pelas cidades, sejam eles: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal; Ciência, Tecnologia e Capacitação; Cooperação Internacional (Cooperação Descentralizada); Cultura (Esporte); Desenvolvimento Econômico Local (Economia Solidária e Fomento de Negócios);

Desenvolvimento Social (Direitos Humanos); Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Juventude; Planejamento Estratégico; Segurança Cidadã e Turismo.¹⁴

Cada Unidade Temática é responsável por sugerir os temas de interesse das cidades a serem discutidos no espaço regional do Mercosul para que, em momento oportuno, divulgue as experiências que foram bem sucedidas. Sua coordenação fica a cargo de uma cidade membro do bloco no período de um ano, podendo ser renovado indefinidamente (YAHN FILHO et al, 2006). Tal rotação tem como objetivo pragmatizar o princípio horizontal e não hierárquico das redes de cidades (CAMAGNI, 1997 apud ROMERO, 2004), tornando o sistema de chefia mais democrático.

Em definitivo, os temas apresentados pelas Mercocidades abrangem tanto a agenda dos atores subnacionais nas últimas duas décadas do século XX quanto a chamada “nova agenda” notadamente sustentada no começo dos anos 2000. Aglutinaram-se atração de investimentos, promoção turística e política e cooperação ao desenvolvimento, do primeiro período, com meio-ambiente, direitos humanos, migrações, preocupações sanitárias, dentre outros, os quais transcenderam o aparato estatal e começaram a ser de extrema importância para outros atores (ALMEIDA, 2012).

Por fim, no que concerne às iniciativas da rede, podem-se destacar quatro principais: realização de cúpulas e reuniões periódicas, firma de convênios e parcerias, criação de bancos de dados e promoção de projetos em comum (DESSOTTI, 2011: 175). Ainda de acordo com Fabiana Dessotti (2011), a autora coloca tais iniciativas como ações das Unidades Temáticas, propriamente ditas. Todavia, parte-se do pressuposto de que há um aparato organizacional que abrange todos as instituições das Mercocidades para articulá-las, obtendo ênfase o papel da Secretaria Técnica-Administrativa.

Mencionadas anteriormente, as reuniões e cúpulas são realizadas com frequência para tratar de inúmeros assuntos, desde andamento de processos, alteração das chefias das unidades, divulgação de pesquisas e práticas municipais, até criação de órgãos internos, conforme ocorreu na VI Cúpula de Rosário, na Argentina (ROMERO, 2004). A firma de convênios, acordos e parcerias tem sido realizadas com outras associações locais e universidades, a exemplo da Rede de Cidades da Europa (*Eurocities*), Rede Andina de

¹⁴ As alterações no desenvolvimento e as criações das Unidades Temáticas estão destacadas com maior profundidade na dissertação de Débora Prado (2009: 99). Os temas, os grupos e as quatorze unidades apontadas no presente texto foram retirados diretamente do site da Rede Mercocidades disponível em <mercociudades.org>.

Cidades e Fundação Centro de Informação para Integração Regional (CEFIR). O banco de dados versa sobre as temáticas de interesse e as publicações das Mercocidades: a Revista Diálogo e o Boletim ExpresoLocal (DESSOTTI, 2011). E, acerca dos projetos em comum, a rede promove concursos, fóruns, festivais e planejamentos sobre os pontos de interesse da agenda subnacional supra analisados.

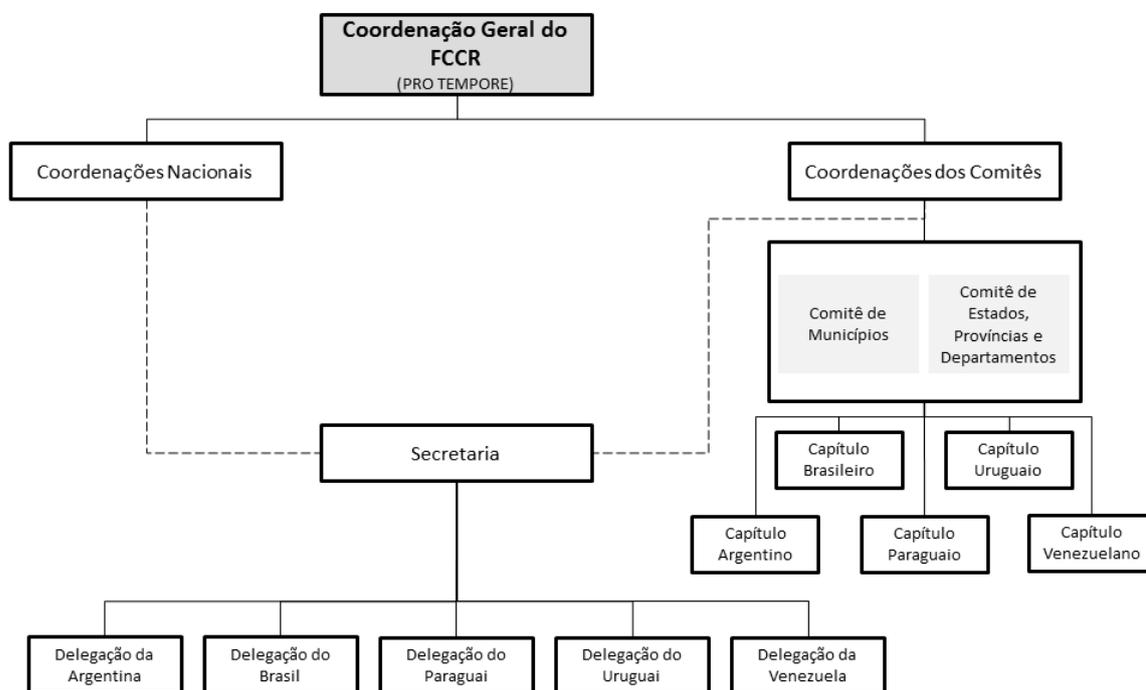
A observação dos temas e das iniciativas das Mercocidades chega a ser animadora, tamanho é o rol de ações desenvolvidos pela rede, o qual vai ao encontro de uma agenda não econômica ainda em fase de ampliação na região (VAZ; FIGUEIRA, 2006). O problema continua a ser, em sua maioria, o seu grau institucional isento de poder decisório, o qual às vezes parece não seguir a lógica proposta pelo Mercosul. Com o intuito de minimizar essa condição e fruto de demandas e pressões das cidades, foi criado em 2000 a Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI)¹⁵, mais tarde substituída pelo FCCR, objeto de análise que se segue.

Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR)

De acordo com o Regimento Interno publicado em 2007, ano inicial de seu funcionamento, o FCCR é o órgão mercosulino de representação dos governos locais dos Estados membros (MERCOSUL, 2007). Composto por províncias e municípios argentinos, estados federados e municípios brasileiros, departamentos e municípios paraguaios, departamentos uruguaios e estados e municípios venezuelanos, o Foro é formado pelo Comitê de Municípios (COMUN) – comandado pelas Mercocidades – e o Comitê de Estados Federados, Províncias e Departamentos. Em conjunto com esses dois grupos estão os cinco capítulos, um para cada país membro do bloco, sendo preenchidos por dez prefeitos e dez governadores de cada Estado, totalizando 100 membros subnacionais, e órgãos superiores, com destaque para as coordenadorias e a Secretaria Executiva, doravante denominada Secretaria e criada recentemente, em dezembro de 2013.

¹⁵ A Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) foi o primeiro canal de participação dos governos locais na estrutura institucional do Mercosul e objetivou aumentar a cooperação entre autoridades de nível municipal. Criada pela Resolução 90/00 do Grupo Mercado Comum (GMC), encerrou suas atividades em 2004 e cedeu lugar ao Foro.

Estrutura do FCCR



Fonte: Adaptado da Revista do FCCR (BRASIL, 2010)

Nos dizeres de Marcelo Medeiros (2008), em 2007 o FCCR adquiriu *status* de instituição plena, propiciando a prerrogativa de participação dos atores estatais subnacionais no processo de integração. De fato, como substituto da REMI e em comunhão com as atividades da Rede Mercocidades, o órgão conseguiu colocar os líderes locais, especificamente prefeitos e alcaides, como as autoridades mais próximas da sociedade civil e capazes de gerar um constante diálogo “interméstico”¹⁶ entre a população e os governos nacionais.

Buscando promover um sistema de constante negociação entre diferentes níveis de poder – nacional, regional e local –, o Foro tenta consolidar, mesmo que idealmente, os preceitos da Governança Multi-Nível (GMN), resultante da intensa barganha institucional e decisória entre os atores citados no parágrafo anterior. Idealmente, pois no Mercosul os

¹⁶ O conceito *intermestic* foi criado por Bayless Manning (1977 apud DUCHACEK, 1984; BUENO, 2010) e representa a mistura de políticas e economias domésticas com as internacionais, dando ideia de que há uma relação constante entre diversos atores presentes no interior do Estado e fora dele.

Estados ainda concentram grande maioria das decisões e inexistente o nível de poder supranacional na sub-região.

De maneira oposta, em outro artigo de Marcelo Medeiros et al (2010), há a afirmação de que o FCCR tem pouco poder decisório, porque, com uma estrutura institucional precária, não sustenta uma ligação entre agente (representante) e eleitor (representado). Novamente o problema é evidenciado na questão de *decision-making*, haja vista que o Foro possui apenas papel consultivo no Mercosul.

Cumprido destacar que, com o FCCR, os atores subnacionais adquiriram, de jure, prerrogativa de participação no processo de integração regional, fato que ficou comprovado na ata da I Reunião do COMUN realizada em Tandil, Argentina, em 2011, a qual deixou claro que havia necessidade de participação subnacional no desenvolvimento do bloco mercosulino (MATOS; STEFFEN, 2012: 38). Mesmo assim, tais desdobramentos concretizaram-se mais em vontade política do que mudanças de ordem prática. Outra vez, a centralização de poder nas mãos dos Estados, mormente nos executivos nacionais, comprometeram as ações do FCCR (DESSOTTI, 2011).

De maneira similar às Mercocidades, existe uma dualidade quando se fala na institucionalização dos atores subnacionais provenientes da criação do FCCR. Primeiro, o Foro pode representar “[...] um grande avanço para a questão subnacional no Mercosul, pois constituiu-se em um canal permanente de diálogo dos governos subnacionais com os demais órgãos do Mercosul [...]” (TESSARI, 2009: 78). Contudo, em segundo e sendo a posição predominante, a inclusão de suas demandas na integração regional é extremamente limitada em virtude de ser um órgão consultivo. Conseqüentemente, o FCCR esbarra no seu próprio objetivo que é representar os governos subnacionais perante seus cidadãos. Ainda sendo uma instância de diálogo entre governantes e governados, sua composição não é realizada com o voto direto, atenuando até mesmo seu pilar representativo no bloco (MEDEIROS et al, 2010: 45).

Mesmo trabalhando em comunhão com as Mercocidades, o rol de ações e temas presentes nas agendas do FCCR são mais específicos, pois suas atividades são focadas em três eixos principais: integração produtiva, integração fronteiriça e cidadania regional

(BRASIL, 2010).¹⁷ Desenvolvimento, promoção comercial e cadeias logísticas sempre foram temas de destaque para os países do Mercosul, principalmente no que concerne ao setor automotivo. Do mesmo modo, a questão territorial e de fronteiras também é uma preocupação constante dos governos subnacionais e tornou-se nítido nas criações do CODESUL e da CRECENEA.¹⁸ Finalmente, a concepção de uma suposta “cidadania mercosulina” está presente nas pautas do bloco para, além de impulsionar um sentimento de identidade para com as populações, gerir intercâmbios culturais e promover políticas públicas sociais (ALMEIDA, 2012).

A agenda do FCCR está bem mais próxima dos interesses dos Estados nacionais e, vale destacar, do próprio desenvolvimento econômico e comercial do Mercosul. Produção industrial, diálogos fronteiriços e promoção cultural repercutem o fato do Foro estar subordinado ao Grupo Mercado Comum (GMC), um dos três principais órgãos intergovernamentais mercosulinos, demonstrando que os governos centrais não querem perder o controle dos processos (MALAMUD; CASTRO, 2007).

Em definitivo, as iniciativas tomadas pelo Foro nos últimos anos adensam-se em três principais: diálogo periódico com os governos nacionais e subnacionais, firma de parcerias intra e extra institucionais e realização de projetos e eventos diversos. Tomando-se como exemplo o Brasil, justifica-se a compreensão dessas iniciativas.¹⁹ A coordenação brasileira no FCCR fica a cargo da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF/PR), formalmente reconhecida pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) como a esfera pública principal por lidar com os entes federados (estados e municípios).

¹⁷ O Plano de Ação do FCCR para os anos de 2013 e 2014 aglutinou um quarto eixo temático: relacionamento e cooperação. No que tange à cooperação internacional descentralizada ou multi-nível, o papel desenvolvido pelos atores subnacionais já é de destaque, sendo tema central de reuniões realizadas aqui no Brasil pela Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF/PR).

¹⁸ Conselho de Desenvolvimento do Sul (CODESUL) e Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino (CRECENEA). Reúnem os governos dos estados do Centro-Oeste brasileiro e as províncias do Nordeste argentino e buscam a integração por meio da promoção do desenvolvimento econômico. As fronteiras em comum foram um dos pontos de partida para o aumento do diálogo entre as regiões de ambos os países.

¹⁹ As informações aqui fornecidas sobre a participação brasileira no FCCR baseiam-se em dois encontros organizados pela Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF/PR) no ano de 2012, sejam elas a I Reunião de Cooperação Descentralizada do Brasil e a II Reunião de Cooperação Internacional Federativa do Brasil realizadas em Julho e Setembro, respectivamente, em Brasília, Distrito Federal.

Além de fomentar e mediar o diálogo entre autoridades locais (prefeitos e governadores) e associações municipais, a SAF/PR aglutina os pareceres de órgãos do governo federal, dentre eles o MRE, a Secretaria Geral da Presidência da República e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Obviamente, o que é debatido nesses encontros é levado para reuniões no âmbito do Mercosul, conforme supramencionado. Por fim, a própria SAF/PR mantém duas páginas na internet²⁰ com inúmeras publicações, eventos, agendas, estudos e notícias para quem estiver interessado em acompanhar seus trabalhos.

Ademais, o diálogo entre governos centrais e subnacionais ocorre principalmente pela emissão de recomendações e declarações por parte do Foro, iniciativas que perfazem seu grau institucional. As parcerias ocorrem de maneira numerosa e são as mais diversas, destacando-se as colaborações realizadas com a própria Mercocidades, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o Comitê das Regiões (CR), o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e o Parlamento do Mercosul (Parlasul). Seminários, palestras, cursos, encontros e oficinas são realizados com frequência tanto pelo FCCR quanto pelas delegações nacionais, as quais participam dos mesmos também de modo paralelo.²¹

A agenda e as iniciativas do FCCR são mais delimitadas em comparação com as Mercocidades. Entretanto, isso não promove grandes mudanças na institucionalização dos atores subnacionais no bloco, pois, novamente, os Estados nacionais clamam para si o poder decisório. Agir por meio de recomendações faz do FCCR uma instituição capaz de gerar novas invenções políticas no Mercosul (MEDEIROS et al, 2010). Seu potencial de ação é plural, mas esbarra no “sistema híbrido” mercosulino (VENTURA, 2005) baseado em um discurso participativo que, na prática, não possui órgãos para tanto.

Conclusão

Objetivou-se, no decorrer do presente artigo, analisar a Rede Mercocidades e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR)

²⁰ Tratam-se do “Blog Diálogos Federativos” e do “Portal Federativo” desenvolvidos pelo Governo Federal Brasileiro para agregar informações de interesse dos entes federados. Para maiores informações, vide <dialogosfederativos.gov.br> e <portalfederativo.gov.br>.

²¹ Lançado em setembro de 2013, o sítio oficial do FCCR abrange notícias, documentos e grande parte de seu cronograma de projetos e eventos. Para maiores informações, vide <fccrmercosur.org>.

no âmbito do Mercosul discriminando três aspectos: as formas de institucionalização e vínculos desses órgãos na região; a composição de suas agendas temáticas; e a caracterização de suas principais iniciativas. Com a revisão da literatura, ficou confirmada a hipótese de que, com a criação dos dois órgãos, houve e ainda há uma crescente participação subnacional no Mercosul, a qual, todavia, permanece em níveis iniciais e baixos.

A formação de vínculos entre blocos regionais e atores subnacionais apresenta-se como uma nova etapa da Política Internacional e o Mercosul não foge à regra. A paradiplomacia mercosulina, notadamente denominada aqui de cooperação subnacional, existe e vem articulando a troca de *best practises* entre variados tipos de atores subnacionais. Suas agendas e iniciativas vão muito além das pautas majoritariamente econômicas do bloco e isso é um ponto a se destacar. O entrave continua sendo o aspecto institucional consultivo, porque as Mercocidades têm papel limitado na agenda regional e o FCCR atua por meio de pareceres e recomendações, não possuindo poderes decisórios propriamente ditos. O caráter intergovernamental do Mercosul encabeçado nas diretrizes e vontades dos Estados nacionais aparece como um obstáculo à cooperação subnacional na região.

Incluindo os atores subnacionais no bloco, ambos os órgãos são imprescindíveis para o fortalecimento da integração regional do Mercosul nos seus mais variados aspectos – econômico, político, social e cultural. Trazer o bloco para a realidade interna de cada país, ou seja, levar considerações de cunho regional para o local só tende a desenvolver o aparato organizacional mercosulino e a fortalecer o ideário da Governança Multi-Nível (GMN) mencionado quando do debate da atuação subnacional nos blocos regionais. Uma reforma institucional parece necessária e benéfica para o futuro da cooperação subnacional na região. Mudanças desse porte demandam esforço, são graduais, de longo prazo e, por hora, cumpre dizer que as Mercocidades e o FCCR contribuem consideravelmente para a participação subnacional no Mercosul.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. **Os governos locais brasileiros e o Mercosul: a influência da paradiplomacia na agenda da integração regional**. 2012. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Integração Regional: uma introdução**. Coleção Temas Essenciais em R.I. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

BARRETO, Maria Inês. A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. Congreso Internacional Del Clad sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2005. **Anais**. Santiago, 18-21 oct. 2005.

BRANCO, Marcello Simão; KULGEMAS, Eduardo. Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Org.). **Governos Subnacionais e Sociedade Civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora UNESP; FAPESP, 2005.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. **Estrutura – FCCR**. 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/estrutura>>. Acesso em 26 jul. 2013.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. **Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul – FCCR**. Presidência Pro Tempore Brasileira 2010. Foz do Iguaçu, PR, Dez. 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/publicacoes-1/revista-fccr>> Acesso em: 04 jun. 2013.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA**. 2010. Tese Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

BURSENS, Peter; DEFORCHE, Jana. Going beyond paradiplomacy? Adding historical institutionalism to account for regional foreign policy competences. **The Hague Journal of Diplomacy** 5, Belgium, 2010. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/mnp/hjd/2010/00000005/F0020001/art00007>> Acesso em: 24 jul. 2013.

CABALLERO, Sergio. **El proceso de integración del Mercosur através de las teorías de la integración regional**. Documento de Trabajo 12, Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR), 2011.

CHASQUETTI, Daniel. **El Mercosur y las ciudades**. Apuntes para una Agenda del Comité de Municipios del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur. Friederich Ebert Stiftung. Montevideú: Outubro, 2006.

Disponível em: <http://library.fes.de/pdf_files/bueros/uruguay/04478.pdf>. Acesso em 27 jan. 2014.

DESSOTTI, Fabiana Rita. **Rede Mercocidades na cooperação descentralizada: limites e potencialidades**. 2011. Tese Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, SP, 2011.

DUCHACEK, Ivo. The international dimension of subnational self-government. **Publius**, n. 4, Oxford University Press, 1984, v. 14.

FRONZAGLIA, Mauricio et al. Redes de cidades. Federação Latino Americana de Cidades, Municípios e Associações, **Mimeo**, 2006.

GOMES FILHO, Francisco. **A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**, 2011. Tese Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal polities and the nation-state conflict and co-operation. In MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations**. The role of subnational units. United Kingdom: Oxford University Press, 1990.

KLEIMAN, Alberto. The regional integration process and its impact on the international activities of Brazilian and South American sub-national governments. **Forum of Federations**, 2008. Disponível em: <<http://www.forumfed.org/libdocs/2009/2008-09-18-Kleiman.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2013.

LECOURS, André. When regions go abroad: globalization, nationalism and federalism. Paper prepared for the conference “**Globalization, Multilevel Governance and Democracy: Continental, Comparative and Global Perspectives**”. Queen’s University, 2002.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 3, 2013, pp. 09-38.

MALAMUD, Andrés; CASTRO, Pablo. Are Regional Blocs leading from nation states to Global Governance? A skeptical view from Latin America. Iberoamericana. **Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. XXXVII: 1, 2007, pp 111-130.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Globalização, Integração e o Estado. **Lua Nova**, São Paulo, 71, 2007, pp. 123-168.

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

MARKS, Gary. Structural Policy and Multilevel Governance in the EC. In: CAFRUNY, Alan; ROSENTHAL, Glenda. **The State of the European Community**. Boulder: Lynne Rienner, 1993, pp. 391- 410.

MARKS, Gary, HOOGHE, Liesbet. Contrasting Visions of Multi-Level Governance. In: BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Eds). **Multi-Level Governance: Interdisciplinary Perspectives**. Oxford University Press, 2005, pp. 15-30.

MATOS, Giovanna Arjonilla de; STEFFEN, Nathalie Padovani. A Rede Mercocidades e o Mercosul: atuação em rede através do FCCR. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 5, 2º sem. 2012, pp. 31-39.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Legitimidade, Democracia e Accountability no Mercosul. **RBCS**, v. 23, n. 67, junho 2008, pp. 51-69.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al. A questão da representação no Mercosul: os casos do Parlasul e do FCCR. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, outubro 2010, pp. 31-57.

MERCOCIUDADES. Portal de Las Ciudades. **Organigrama Mercocidades**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.net/pt-br/node/2278>> Acesso em: 12 fev. 2014.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. Resolução 26/07. **Regimento Interno do FCCR**. 2007. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/documentos-oficiais/regimento-interno-do-fccr>>. Acesso em 25 jul. 2013.

MORAVCSIK, Andrew; SCHIMMELFENNIG, Frank. **Liberal intergovernmentalism**. In: DIEZ, Thomas; WIENER, Antje, (Eds.) *European integration theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ODDONE, Nahuel; VÁSQUEZ, Horacio Rodríguez. Introducción. **Trabajos de Investigación en Paradiplomacia – Actores Subnacionales e Integración Regional**, ano 1, n. 3, 2012, pp. 09-16.

ÖNER, Selcen. **The EU and sub-regions**. Relations between the EU and sub-regions and their impact on the European nation-state. Hungria: DRC Summer School, 2004. Disponível em: <<http://www.drcsummerschool.eu/proceedings>> Acesso em 13 jan. 2013.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do. **A atuação internacional dos governos locais via rede**: o caso da Mercocidades e do Programa URB-AI Rede 10. 2009. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2009.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

RAMÍREZ, Adriana Sletza Ortega. Los Gobiernos Locales como Actores Internacionales, Reflexiones Teóricas. **Trabajos de Investigación en Paradiplomacia – Actores Subnacionales e Integración Regional**, ano 1, n. 3, 2012, pp. 19-38.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público – Curso Elementar**. São Paulo: Editora Saraiva, 11 ed., 2008.

RODRIGUES, Gilberto. Internacionalismo municipal. In: RODRIGUES, Gilberto; XAVIER, Marcos; ROMÃO, Wagner de Melo (Orgs.). **Cidades em relações internacionais**. Análises e experiências brasileiras. São Paulo, Ed. Desatino, 2009.

ROMERO, María del Huerto. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional. El caso de la Red de Mercociudades y la Reunión Especializada de Municipios e Intendencias (Grupo Mercado Común). In: VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations**. The role of subnational units. United Kingdom: Oxford University Press, 1990.

STELZER, Joana. **União Europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** Curitiba: Juruá, 2004.

STUART, Ana Maria. **Regionalismo e democracia: uma construção possível**. Tese Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TESSARI, Gustavo Rosolen. **O impacto institucional da implantação de uma política de fundos estruturais no Mercosul: uma análise a partir dos governos não-centrais**. 2009. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2009.

TIP – Trabajos de Investigación en Paradiplomacia. Año 1, n. 3, Buenos Aires: Argentina, 2012.

VAZ, Alcides Costa; FIGUEIRA, Marco Aurélio Belmont. **A agenda não econômica do Mercosul: aportes para a integração?**. Núcleo Estratégico do Mercosul. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Fevereiro 2006, pp. 04-24.

VENTURA, Deisy. La gouvernance démocratique et l'intégration économique. Regards croisés entre le Mercosur et l'Union européenne. **Droit et société**, n. 59, 2005/1, pp. 93-103.

VIGEVANI, Tullo. História da integração latino-americana: Mercosul e questões subnacionais. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs.). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : FAPESP, 2005.

VIGEVANI, Tullo et al. (Org). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

VIGEVANI, Tullo et al. Ação internacional das cidades no contexto da globalização. **Cadernos CEDEC**, n. 80, Abril de 2006.

YAHN FILHO, Armando Gallo et al. **Governos locais e integração regional**. 2º Curso sobre Integração Regional, Governos Locais e Sociedade Civil – Curso á distância para gestores locais de Mercocidades, CEDEC, 2006.

Recebido em: Novembro 2013;

Aprovado em: Fevereiro 2014.